

FACULDADE UNINA
CURSO DE PEDAGOGIA

CARLA REGINA DEITOS

**EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO FUNDAMENTAL:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA TRANSIÇÃO DE ETAPAS**

CURITIBA

2022

CARLA REGINA DEITOS

**EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO FUNDAMENTAL:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA TRANSIÇÃO DE ETAPAS**

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Faculdade Unina

Orientadora: Prof.^a Me. Sônia Maria
Packer Hubler

CURITIBA

2022

FACULDADE UNINA

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 07/07/2022, reuniu-se a banca para a defesa do trabalho de conclusão de curso de Pedagogia, da acadêmica: **CARLA REGINA DEITOS**, intitulado: **EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA TRANSIÇÃO DE ETAPAS**. A banca examinadora, sob a presidência da Prof.^a Me. Sonia Maria Packer Hubler, foi constituída pelas professoras: Leandra Felícia Martins e Santina Célia Bordini. Após exposição oral, a candidata foi arguida pelos componentes, que analisaram o trabalho e decidiram pela sua **APROVAÇÃO** com a nota **9,3**. Para constar, foilavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo presidente da banca, membros da banca e pela acadêmica.

Observações: _____

Prof.^a Sonia Maria Packer Hubler

Prof.^a Leandra Felícia Martins

Prof.^a Santina Célia Bordini

Carla Regina Deitos

Curitiba, 07 de julho de 2022.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, que me deu saúde e guiou meus passos por toda essa jornada.

Aos meus pais, Márcia e Antonio, que estiveram do meu lado me dando apoio e me motivando todos os dias.

À minha filha, Manuela, que é minha maior motivação e por ser essa criança tão compreensiva, que entendeu todas as horas em que estive ausente durante estes 4 anos.

Aos meus irmãos, Leonardo e Mayara, por sempre estarem do meu lado nas horas de maior estresse, aguentando meus surtos de ansiedade por conta de tanta pressão.

Aos meus colegas e familiares, que dedicaram seu tempo e me ajudaram na construção deste trabalho.

À minha orientadora, Sonia, pela confiança e dedicação me auxiliando e me ensinando em cada etapa deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade refletir e discutir sobre a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Essas são etapas muito importantes da infância que requerem um olhar atento de todos os envolvidos. Esse período de transição traz muitas dúvidas e um desafio, tanto para os professores quanto para a família e para as crianças. Nesse sentido, buscou-se analisar "Como os professores podem contribuir no processo de transição da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental?" A Educação Infantil é marcada pelo cuidar e educar, e a ludicidade faz parte do cotidiano da criança. Assim, a transição para o Ensino Fundamental não significa uma ruptura com o brincar, mas sim uma nova forma de brincar, em que a ludicidade, os jogos serão voltados para o processo de alfabetização e letramento da criança. O objetivo geral deste trabalho foi refletir sobre o processo de transição da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental. Para subsidiar essa pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica. Mediante as pesquisas e os estudos, constatou-se que o professor desempenha um papel muito importante nesse período de transição, sendo um porto seguro para a criança. A forma de o professor trabalhar e a ludicidade também são essenciais.

Palavras-chave: Desafio. Aluno. Professor. Educação Infantil. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The present work aims to reflect and discuss the transition from Early Childhood Education to Elementary School. These are very important stages of childhood that require a careful look by everyone involved. This transition period brings many doubts and challenges, both for teachers, for the family and for the children. In this sense, we sought to analyze "How can teachers contribute to the transition process from Early Childhood Education to the 1st year of Elementary School?". Early Childhood Education is marked by caring and educating, and playfulness is part of children's daily lives. Thus, the transition to Elementary School does not mean a rupture with playing, but a new way of playing, in which playfulness, games will be focused on the child's literacy and literacy process. General objective was to reflect on the transition process from Early Childhood Education to the 1st year of Elementary School. To support this research, a literature review was carried out. Through research and studies it was found that the teacher plays a very important role in this transition period, being a safe haven for the child, the way of working, playfulness are also essential.

Keywords: Challenge. Student. Teacher. Child education. Elementary School

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGISLAÇÃO	9
1.1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	9
2. A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: SABERES E DESAFIOS	16
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL: A TRANSIÇÃO ENTRE AS ETAPAS.....	16
2.2 A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE	17
2.3 A LUDICIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL	19
2.4 EDUCAÇÃO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL: O DESAFIO DA CONTINUIDADE.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

A transição da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental traz muitas dúvidas e um desafio, tanto para os professores quanto para a família e para as crianças. Essas são etapas muito importantes da infância que requerem um olhar atento de todos os envolvidos. A Educação Infantil é marcada pelo cuidar e educar, e a ludicidade faz parte do cotidiano infantil. Assim, a transição para o Ensino Fundamental não significa uma ruptura com o brincar, mas sim uma nova forma de brincar, em que a ludicidade, os jogos serão voltados para o processo de alfabetização e letramento da criança.

Para que essa transição ocorra da melhor forma possível, é preciso ações preparatórias, como socialização, visitas à futura escola, esclarecimentos aos pais e responsáveis, ações que devem ser promovidas pela instituição escolar. Lembrando que não é papel da Educação Infantil preparar as crianças para o Ensino Fundamental, mas sim como uma etapa que prepara as crianças para os desafios futuros, a transição para o Ensino Fundamental é inevitável. A criança deve ser respeitada, não se menosprezando seus medos, ansiedade, que suas expectativas sejam atendidas. Ações bem planejadas evitarão frustrações e deixarão as crianças seguras. O professor desempenha papel fundamental no processo de transição, sendo ele um porto seguro para essa criança.

Diante do exposto, a pergunta que orienta esta pesquisa pode ser descrita da seguinte forma: “Como os professores podem contribuir no processo de transição da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental?”

Para responder a esta questão, definiu-se como objetivo geral: Refletir sobre o processo de transição da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental. Os objetivos específicos são: a) Identificar os principais desafios no processo de transição da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental; b) Analisar a importância da ludicidade na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental; c) Compreender o papel do professor na transição das etapas.

Abordar um tema relacionado à transição dos alunos da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é de extrema importância para a compreensão dessa articulação como uma necessidade. Assim sendo, este estudo visa contribuir para a ampliação das reflexões e/ou intervenções que se fazem necessárias sem esquecer as peculiaridades desta faixa etária.

Esta pesquisa foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico, foram utilizados livros, periódicos, artigos, teses de doutorado e dissertações de mestrado. de autores como: Almeida (2004), Kishimoto (2006), Kramer (1982, 2007, 2011),

Mahoney (2004), Rau (2007, 2012), Soares (2017) entre outros.

O trabalho estrutura-se em dois capítulos. No primeiro capítulo - Educação Infantil: aspectos históricos e legislação -, será apresentado um breve histórico da Educação Infantil e a importância da infância, quais as principais leis e resoluções que amparam o Ensino Fundamental e sua obrigatoriedade como etapa da educação brasileira.

O segundo capítulo - A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: saberes e desafios - tratará de alguns aspectos relevantes relacionados à transição entre a Educação Infantil e o primeiro ano do Ensino Fundamental, destacando o papel do professor, a importância da afetividade e a necessidade da ludicidade nesse processo.

1. EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGISLAÇÃO

No primeiro capítulo, será apresentado um breve histórico da Educação Infantil e a importância da infância, quais as principais leis e resoluções que amparam o ensino fundamental e sua obrigatoriedade como etapa da educação brasileira, para que haja uma melhor compreensão do processo de transição entre as etapas da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

1.1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é uma fase muito importante na vida de uma criança. Ela atende crianças de zero a 5 anos, sendo obrigatória a partir dos 4 anos de idade, que é quando seu processo de socialização se intensifica. Assim sendo, “As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil estabelecem que as propostas pedagógicas devem respeitar os seguintes princípios: I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades”. Hoje em dia a resolução 5 dispõe que “inclui garantir no cotidiano da instituição a acessibilidade de espaços, materiais, objetos e brinquedos, procedimentos e formas de comunicação e orientação vividas, especificidades e singularidades das crianças com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação”.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica, como está descrito no Art. 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância.

As Diretrizes reafirmam o quanto é importante a criança interagir, conviver com outras crianças e com os adultos para o seu desenvolvimento, a criança é vista como um sujeito histórico e com seus direitos, mas nem sempre foi assim. A criança foi por muito tempo vista como um miniadulto, até suas vestimentas eram como a dos adultos.

A ideia de infância não existiu sempre e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (de adulto) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa, ela passava a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade. (KRAMER, 1982, p.18).

No Brasil, a história da Educação Infantil acompanha o que aconteceu no mundo, porém com características próprias. Historicamente, a educação infantil brasileira foi baseada no cuidar, com bases assistencialistas; havia um alto índice de mortalidade infantil, desnutrição, acidentes domésticos, o que levou os educadores, religiosos e empresários a pensarem em um local para cuidar dessas crianças (PASCHOAL, 2009). As mães operárias também necessitavam de um lugar para deixar seus filhos, ou mesmo as viúvas desamparadas. Foi com essa preocupação, esse “[...] problema, que a criança começou a ser vista pela sociedade e com um sentimento filantrópico, caritativo, assistencial é que começou a ser atendida fora da família” (DIDONET, 2001, p. 13).

As crianças passaram a ser atendidas em suas necessidades básicas. A princípio, esses arranjos foram pensados para a população carente, que não tinha condições de cuidar de seus filhos enquanto trabalhava. “Enquanto as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse.” (DIDONET, 2001, p.13) Essas creches tinham de ser em tempo integral, gratuitas ou cobrar pouco, já que eram espaços para filhos de operárias de baixa renda. Tais espaços zelavam pela saúde, ensinavam hábitos de higiene e alimentação às crianças. (DIDONET, 2001). A educação das crianças, contudo, continuava a cargo das famílias.

A Educação Infantil, por ter seu início vinculado ao assistencialismo, muitas vezes até filantrópico, atrasou a preocupação em se pensar políticas públicas para essa área (SOARES, 2017).

Com a chegada dos imigrantes europeus ao Brasil, os movimentos operários ganharam força, e uma das reivindicações era a criação de instituições de educação e cuidados para as crianças. A criação dessas instituições agradava os dois lados: mães e empresários.

O fato de os filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (OLIVEIRA, 1992, p. 18).

Em meados da década de 30, começaram a serem criados os primeiros jardins

de infância e começou-se então a valorizar a formação de professores para a educação infantil.

No entanto, na década de 40, o atendimento às crianças ainda não era vinculado à educação, mas voltado para a saúde, para combater a mortalidade infantil, com um domínio das práticas higienistas, de puericultura, com a presença de entidades filantrópicas nesses espaços. (MENDES, 2015)

Até a década de 70 não houve grandes avanços na legislação brasileira para garantir a oferta de ensino às crianças até seis anos de idade. Entretanto, vários estudos nas áreas de psicologia e educação já mostravam o quanto eram importantes os primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil (MENDES, 2015). Esses estudos foram decisivos para mudar o foco das instituições infantis de assistencialistas para um pensamento educacional, pedagógico. Muitos setores da sociedade, organizações não governamentais, estudiosos na área da infância, população civil, entre outros, começaram uma mobilização com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a ter qualidade de ensino desde o nascimento. (PASCHOAL, 2009). Nesse sentido, Corrêa (2007, p.17) descreve:

O final dos anos 1970 e os anos 1980 foram marcados pela forte discussão acerca do papel das instituições de educação infantil: o meio acadêmico fez severas críticas às teorias de privação cultural e ao caráter compensatório –ou preparatório - que a pré-escola teria e os movimentos organizados da sociedade civil, bem como os profissionais da área, passaram a defender o que entendiam ser um caráter 'educacional ou pedagógico' para as instituições, contrapondo-se ao que então se via como meramente "assistencial", tanto nas creches quanto nas pré-escolas públicas.

Em 1988, houve a pressão de vários setores da sociedade com o intuito de assegurar na Constituição "[...] os princípios e as obrigações do Estado com as crianças" (BITTAR, 2003, p. 30). Buscava-se garantir o direito à educação, e, no caso da Educação Infantil, como um direito da criança e não mais da mãe que trabalhava fora.

A Educação Infantil trilhou um longo caminho para ser entendida como algo essencial à criança, um direito, por meio do qual as crianças possam ser atendidas em suas necessidades físicas, sociais, emocionais e educacionais. A inclusão da creche e pré-escola no sistema educativo foi garantida na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, no inciso IV: "[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade" (BRASIL, 1988).

A Educação Infantil ganhou destaque nas políticas públicas brasileiras sendo reconhecida formalmente como a primeira etapa da Educação Básica na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, entre

Ao passar a ser parte da educação básica, reconhece-se a necessidade de um trabalho pedagógico a ser desenvolvido nessa etapa, assim como nas etapas seguintes, que deve ser intencional e planejado, visando ao desenvolvimento integral das crianças.

Em 2009, a Emenda Constitucional n.59, de 11 de novembro (BRASIL, 2009) amplia a obrigatoriedade da matrícula da Educação Básica, não sendo mais restrita ao Ensino Fundamental, agora abrangendo a Educação Infantil: “A obrigatoriedade da matrícula, com a publicação dessa emenda, tem início aos 4 anos de idade, impondo que o poder público garanta vaga em instituições educativas para todas as crianças a partir dessa idade” (BRUEL, 2010, p.133).

Além da garantia da matrícula, as crianças que ingressam na Educação Infantil têm direitos assegurados a uma educação de qualidade, que contemple os aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais.

De acordo com a Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, em seu Artigo 6º, as propostas pedagógicas que norteiam a Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

- I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2009).

O trabalho pedagógico deve ser pautado no desenvolvimento integral da criança, respeitando as especificidades de cada faixa etária, a etnia, valorizando a cultura, reconhecendo a pluralidade e a diversidade.

Ainda em seu artigo 8º, a Resolução orienta a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil, com o objetivo de garantir que a criança seja atendida em todos seus aspectos: cognitivos, físicos, sociais e emocionais.

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2009)

As práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil têm em seus eixos norteadores as interações e as brincadeiras, trazendo em suas orientações quais experiências podem ser oportunizadas para as crianças, visando à ampliação de seus

conhecimentos. São doze os incisos do artigo 9º da Resolução nº 5 que trazem essas orientações:

- I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;
- V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
- VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
- VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;
- VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
- X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
- XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;
- XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos. (BRASIL, 2009)

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para o acompanhamento pedagógico das crianças e avaliações de seu desenvolvimento. Importante ressaltar, no entanto, que a avaliação não tem por objetivo a retenção ou promoção de seus alunos; ela deve ser contínua, visando observar o desenvolvimento das crianças, como elas se relacionam com seus pares e professores. Os procedimentos avaliativos devem garantir:

- I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- V - a não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 2009)

Ao finalizar a Educação Infantil, espera-se que as crianças tenham vivido experiências, ampliado seus conhecimentos, estejam preparadas para iniciarem uma nova etapa em sua vida escolar.

O Ensino Fundamental é a segunda etapa da Educação Básica, sendo um direito, como consta na Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010, em seu artigo 3º, traduzindo-se como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos. Assim sendo, é um dever do Estado garantir a oferta do Ensino Fundamental público, gratuito e de qualidade, sem requisito de seleção.

O Ensino Fundamental, principalmente nos primeiros anos, tem a sua importância relacionada principalmente à alfabetização e ao letramento dos alunos, bem como o acesso às bases de matemática, história, geografia, ciências, arte e educação física. (SOARES, 2017).

A Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos que devem ser observadas na organização curricular das instituições de ensino.

Art. 30 Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar: I – a alfabetização e o letramento; II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia; (BRASIL, 2010)

Os primeiros anos do Ensino Fundamental serão marcados principalmente pela alfabetização e pelo letramento, que ocorrem de forma simultânea em todos os componentes curriculares. A criança que está ingressando nessa etapa não deixou de ser criança, de brincar, então é papel dos professores dar a continuidade ao processo de escolarização de forma lúdica.

O artigo 29 da Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010, traz em sua redação a importância da continuidade, da articulação entre as etapas, para que as aprendizagens não sofram rupturas, que a “[...] necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil [...]”. Ainda no artigo 29, em seu inciso 1º, reconhece a importância da continuidade do aspecto lúdico nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

§ 1º O reconhecimento do que os alunos já aprenderam antes da sua entrada no Ensino Fundamental e a recuperação do caráter lúdico do ensino contribuirão para melhor qualificar a ação pedagógica junto às crianças, sobretudo nos anos iniciais dessa etapa da escolarização.(BRASIL, 2010)

Em seu artigo 5º, a Resolução traz em sua redação o direito à educação como

um direito inalienável do ser humano. É por meio da educação que o desenvolvimento humano será completo em todos seus aspectos. [...] A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais. (BRASIL, 2009)

A qualidade em educação é um direito fundamental da criança como enfatiza o inciso 2º do artigo 5º:

§ 2º A educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.

I – A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.

II – A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.

III – A equidade alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação. (BRASIL, 2009)

Educação Infantil e Ensino Fundamental são indissociáveis, de grande relevância para a formação dos alunos, e uma educação de qualidade é a base para um bom desenvolvimento das crianças.

2. A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: SABERES E DESAFIOS

O segundo capítulo tratará de alguns aspectos relevantes relacionados à transição entre a Educação Infantil e o primeiro ano do Ensino Fundamental, destacando o papel do professor, a importância da afetividade e a necessidade da ludicidade nesse processo.

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL: A TRANSIÇÃO ENTRE AS ETAPAS

A infância é um período muito rico e importante para as crianças, é um tempo de descobertas, de aprendizagens, de investigações e construção de conhecimentos sobre si mesmas e sobre o mundo. É na infância que a criança ingressa na Educação Infantil, ampliando seus conhecimentos e seus relacionamentos sociais. A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental não pode ser vista como uma ruptura, mas sim percebida como uma continuidade. “Nos dois, temos grandes desafios: o de pensar a creche, a pré-escola e a escola como instâncias de formação cultural; o de ver as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais” (KRAMER, 2007, p. 20).

A transição é um período de mudanças, mudanças de instituição (muitas vezes), de colegas, de professores, um ambiente diferente, que pode assustar a princípio as crianças, cabendo então aos professores buscar formas de minimizar ou até mesmo sanar os impactos desse período, garantindo uma continuidade, para que seu desenvolvimento e aprendizagens sejam garantidos, sem mudanças bruscas.

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. (BRASIL, 2017, p. 53)

É imprescindível uma articulação entre as etapas de ensino, visando impactar o menos possível as crianças. O professor, nesse sentido, tem um papel importante para amenizar os impactos dessa mudança. O acolhimento, a afetividade para com essas crianças e suas famílias é muito importante e é papel da escola e dos professores. A transição é da família, as inseguranças, as incertezas e os medos

fazem também parte desse processo. Cabe à escola, pedagogos e professores promoverem situações de acolhimento, esclarecer as dúvidas, promover as adaptações, para que as famílias se sintam seguras e passem essa segurança para seus filhos.

[...] a articulação entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais, tem provocado muitas dúvidas e questionamentos no que se refere ao ensino e à aprendizagem das crianças, porém, esta passagem deve ser compreendida e assimilada por todos os envolvidos no espaço escolar como um momento único e prazeroso, pois a transição não deve ser vista como uma mudança difícil para a criança, mas sim como um momento de dar continuidade a sua aprendizagem, visando aprimorar cada vez mais os conhecimentos já construídos junto aos familiares, amigos e em contato com a natureza(HECK, 2012, p.18)

O Ensino Fundamental, em especial o 1º ano, deve ser uma continuidade no que se refere às aprendizagens, à ludicidade. Deve-se promover uma transição prazerosa, para que a criança se sinta segura.

As crianças aprendem melhor com a ludicidade, com os jogos e brincadeiras, ao ingressarem no Ensino Fundamental essa ludicidade não pode ser deixada de lado, pois faz parte do universo infantil, sendo assim também faz parte do processo de ensino-aprendizagem, da alfabetização e letramento.

O ingresso da criança no Ensino Fundamental deve ser pautado no respeito à infância, na construção das relações dessa nova etapa, na afetividade e com o envolvimento da família, firmar uma parceria entre escola, professores e famílias.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE

A afetividade não é um conceito fácil de ser definido, pois envolve emoções, sentimentos. Segundo Dér, é um conceito que “além de envolver um componente orgânico, corporal, motor e plástico, que é a emoção, apresenta também um componente cognitivo, representacional, que são os sentimentos e a paixão” (2004, p. 61). Ainda para Mahoney e Almeida (2004, p. 61), a afetividade “é o conjunto funcional que responde pelos estados de bem-estar e mal-estar, quando o homem é atingido, e afeta o meio que o rodeia”.

A base da Educação Infantil está relacionada com o cuidar e o educar. A palavra educar não pode ser vista apenas como um depositar informações nem a transmissão de conhecimento, mas como uma mediação de conhecimentos entre o profissional de educação e a criança, como um ato de educar baseado no afeto, ou seja, só se completa com amor. O cuidar não pode ser apenas um ato mecânico de um profissional habituado com suas tarefas, mas sim como um ato que envolve carinho, preocupação com o bem-estar da criança.

O ser humano, desde o nascimento, é um ser afetivo, e que gradativamente,

necessita de afetividade para sobrevivência, porém vai diferenciando-se ao longo da vida. O processo educativo é permeado de diferentes fatores que influenciam em seu sucesso ou em seu fracasso. Mais do que relações pedagógicas, esse processo é também um conjunto de relacionamentos humanos, e pode também vir acompanhado de conflitos. A afetividade é uma peça muito importante em toda essa engrenagem educativa.

De acordo com Cunha (2008, p. 67):

[...] o que vai dar qualidade ou modificar a qualidade do aprendizado será o afeto. São as nossas emoções que nos ajudam a interpretar os processos químicos, elétricos, biológicos e sociais que experienciamos, e a vivência das experiências que amamos é que determinará a nossa qualidade de vida. Por esta razão, todos estão aptos a aprender quando amarem, quando desejarem, quando forem felizes.

Assim, o aspecto afetivo é um elemento importante que deve ser considerado no processo de ensino-aprendizagem e na prática pedagógica, pois podem surgir entre professor e aluno sentimentos de atração ou de repulsão. Essas atitudes sentimentais têm poder de influenciar a metodologia com risco de alterá-la, provocando no aluno muitas vezes transformações.

Quando o professor se dispõe a ensinar e a criança a aprender, vai se formando uma corrente de elos afetivos capaz de propiciar uma troca entre ambos, onde a motivação, a boa vontade e o cumprimento dos deveres acabam deixando de ser tarefas árduas para o aluno. Criatividade, interesse e disposição para esclarecer dúvidas funcionam como estímulo para o professor. (SOBRAL, apud DURIGAN, 2009, p. 4)

O professor e a criança têm um vínculo muito forte que é construído diariamente, o professor busca surpreender seus alunos, conquistar a atenção, dessa forma despertando seu interesse nas aulas, esse vínculo é cheio de afetividades.

O acordo silencioso existente, muitas vezes, entre professor e criança acaba se transformando em um jogo, assim o professor conquista a atenção da criança e desperta seu interesse para o conhecimento que pretende abordar. É nesse jogo de conquistas, que é carregado de energia afetiva, que o professor transmite seus conteúdos escolares e a criança os aprende.

A aprendizagem escolar depende, basicamente, dos motivos intrínsecos: uma criança aprende melhor e mais depressa quando se sente querida, está segura de si e é tratada como um ser singular (...). Se a tarefa escolar atender aos seus impulsos para a exploração e a descoberta, se o tédio e a monotonia forem banidos da escola, se o professor, além de falar, souber ouvir e se propiciar experiências diversas, a aprendizagem infantil será melhor, mais rápida e mais persistente. Os motivos da criança para aprender são os mesmos motivos que ela tem para viver. Eles não se dissociam de suas características físicas, motoras, afetivas e psicológicas do desenvolvimento. (RODRIGUES, 1976, p. 174)

Caso não seja estabelecida uma relação afetiva entre o professor e a criança, é ilusão acreditar que o ato de educar tenha sucesso completo. A afetividade é essencial para que o aluno absorva melhor os impactos do processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. As ações do professor, o carinho, o afeto, o acolhimento farão com que a criança se sinta segura no novo ambiente.

Assim, para que a criança tenha um desenvolvimento saudável e adequado dentro do ambiente escolar, e conseqüentemente no social, é necessário que haja um estabelecimento de relações interpessoais positivas, como aceitação, apoio e amor, o cuidar e o educar, possibilitando assim o sucesso dos objetivos educacionais. (KRUEGER, 2014)

A afetividade, a compreensão, o se colocar no lugar da criança, compreendendo seus medos e inseguranças é indispensável na relação aluno/professor, principalmente quando a criança se encontra diante de um novo desafio que é o período de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. É nesse período que a criança mais precisa de afeto, para que possa superar os desafios impostos da melhor forma possível.

2.3A LUDICIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras são recursos pedagógicos muito importantes na Educação Infantil, pois permitem à criança o brincar, sendo nos momentos de brincadeiras que a criança se desenvolve com maior intensidade, é nesses momentos que ela vivencia e experimenta o mundo a sua volta, é onde ela desenvolve suas potencialidades. Para compreender melhor esse desenvolvimento devemos compreender a ludicidade.

Segundo Costa 2005 (p. 45, citado por RAU 2012, p. 30), “a palavra lúdico vem do latim *ludus* e significa brincar. Nesse brincar, estão incluídos os jogos, brinquedos e brincadeiras e a palavra é relativa também à conduta daquele que joga/brinca e que se diverte”. O lúdico está presente na vida de cada criança através da ludicidade, a ela explora o mundo das brincadeiras.

Brincar é sem dúvida uma forma de aprender, mas é muito mais que isso. Brincar é experimentar-se, relacionar-se, imaginar-se, expressar-se, negociar, transformar-se. Na escola, a despeito dos objetivos do professor e do seu controle, a brincadeira não envolve apenas a atividade cognitiva da criança. Envolve a criança toda. É prática social, atividade simbólica, forma interação com o outro. É criação, desejo, emoção, ação voluntária (FONTANA; CRUZ, 1997, p. 115).

A criança aprende brincando, é o exercício que faz desenvolver suas potencialidades. É inegável o fato de que as crianças necessitam das brincadeiras e dos jogos para aprender de forma descontraída. Os jogos são muito importantes para

o desenvolvimento das crianças, vêm ao encontro do aluno como um todo, pois cada vez mais se percebe que os jogos e brincadeiras são momentos preferidos das crianças. As crianças gostam de jogar, gostam de brincar, é nos jogos e brincadeiras que elas buscam compreender o mundo a sua volta, elas trazem para um jogo, para uma brincadeira suas dúvidas, sua forma de ver o mundo a sua volta. Cabe ao professor de Educação Infantil, ao planejar suas aulas, trazer os jogos e as brincadeiras como um recurso pedagógico visando à aprendizagem, aliado ao brincar.

O lúdico é um jeito diferente de educar, porque traz elementos do dia a dia dos alunos associados ao prazer. Quando a criança está brincando espontaneamente, mostra seus sentimentos, medos, curiosidades, interesses e necessidades. Não só os conteúdos ensinados tornam-se interessantes, porque vêm acompanhados de linguagens diferentes – música, desenho, dança -, como esse momento se torna uma forma de conhecer seu perfil afetivo, social e econômico. (DUPRAT, 2014, p. 24).

Assim, qualquer atividade dirigida e orientada visa a um resultado e possui finalidades pedagógicas. Portanto, a ludicidade, como recurso pedagógico, tem objetivos educacionais a atingir. “Hoje a imagem da infância é enriquecida também com o auxílio de concepções psicológicas e pedagógicas, que reconhecem o papel de brinquedos e brincadeiras no desenvolvimento e na construção do conhecimento infantil (KISHIMOTO, 2006, p. 21).

A ludicidade não pode ficar restrita à Educação Infantil, não pode ser vista como uma simples brincadeira de criança; os jogos, as brincadeiras são importantes aliados na alfabetização, deixam a criança mais à vontade no Ensino Fundamental, pois remetem a rotinas que tiveram na Educação infantil.

Nas atividades lúdicas, a criança se expressa com facilidade, manifesta sua criatividade. Sendo criativa, a criança descobre o aprender de forma divertida, por isso, nas aulas de alfabetização, a criança necessita brincar para que o aprendizado aconteça: A atividade lúdica é apoiada também por psicólogos como Weillere McCall, que afirmam que:

o brinquedo consiste em comportamentos ou sequências comportamentais mais dominadas pelo organismo do que pelos estímulos, comportamentos esses que parecem ser intrinsecamente mais motivados e realizados pelo seu próprio objetivo, e são vividos com relativo relaxamento e afeto positivo. (1976, apud ROSA & NISIO 1999, p. 39).

Percebe-se a importância e a responsabilidade do professor em estimular e propiciar aos alunos seu aprendizado, evidenciando que a brincadeira em sala de aula é uma das formas mais significativas de aprender. É bom reconhecer a importância que elas têm, e saber usá-las corretamente de forma que exista uma interdependência

entre o educador e o aluno. Essa interação tem o objetivo de criar um ambiente propício para a concretização da aprendizagem do educando.

As palavras de Fernandez (2001) apontam a relação entre a aprendizagem e o brincar de maneira cativante.

Aprender é apropriar-se da linguagem, é historiar-se recordar o passado para despertar-se ao futuro; é deixar-se surpreender pelo já conhecido. Aprender é reconhecer-se, admitir-se, crer e criar. Arriscar-se a fazer dos sonhos textos visíveis e possíveis. Só será possível que professor possa gerar espaços de brincar-aprender para seus alunos quando eles simultaneamente constituírem para si mesmos. (*apud* RAU & TROIS, 2007, p. 57).

Ao planejar atividades diferenciadas é fundamental que o professor organize metodologias que estejam em maior sintonia com o interesse e as necessidades dos alunos no processo de ensino-aprendizagem; juntos, com afeto, professor e aluno podem transformar o conhecimento em um processo contínuo de construção e criar situações adequadas para provocar curiosidade e estimular a descoberta do conhecimento. Ao incluir os jogos e as brincadeiras no 1º ano, o professor cria um vínculo com seu aluno: as atividades lúdicas remetem às lembranças da Educação infantil, trazendo segurança para os alunos, mostrando que essa nova fase não precisa ser o oposto da Educação Infantil.

2.4 EDUCAÇÃO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL: O DESAFIO DA CONTINUIDADE

A Educação Infantil e Ensino Fundamental são frequentemente separados. Porém, do ponto de vista da criança, não há fragmentação. Os adultos e as instituições é que muitas vezes opõem Educação Infantil e Ensino Fundamental, deixando de fora o que seria capaz de articulá-los: a experiência com a cultura.

Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso. O cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E, com as práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos. (KRAMER, 2007, p. 20)

Entretanto, quando as crianças chegam ao 1º ano do Ensino Fundamental é comum ouvir a frase "agora a brincadeira acabou!". Mas não se deve esquecer que a brincadeira é essencial na infância, é na brincadeira que a criança compreende o mundo a sua volta. A Educação Infantil é uma etapa muito importante e que deve ser compreendida como tal pelos professores que atuam no Ensino Fundamental,

principalmente os que atuam no 1º ano.

A Educação Infantil é a primeira etapa do processo educativo, que integra a Educação Básica, no entanto é necessário que os professores do Ensino Fundamental, principalmente os que atuam com a 1ª etapa do 1º Ciclo abram os braços para debates sobre o andamento dos alunos, o nível de desenvolvimento, os conteúdos abordados, o cotidiano de trabalho realizado para detectar possíveis soluções e continuar um acompanhamento dessas crianças nas séries posteriores. Faz-se necessário garantir às crianças que ingressam no ensino fundamental o direito básico de brincar; a alfabetização pode trazer muitos momentos lúdicos, permeados de jogos e brincadeiras.

A articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental será vista com a perspectiva da continuidade do processo educar/cuidar, buscando propiciar progressiva afirmação da identidade e do protagonismo da criança, ou seja, na apropriação de conhecimento e de procedimentos culturalmente construídos, visar a internalização dos valores éticos, políticos e estéticos.

Existem diferentes formas de promover essa articulação entre as diferentes modalidades (infantil e fundamental), entre as quais se podem destacar:

- a) planejar e efetivar o acolhimento das crianças e de suas famílias quando do ingresso na instituição, considerando a necessária adaptação das crianças e seus responsáveis às práticas e relacionamentos que têm lugar naquele espaço, e visar o conhecimento de cada criança e de sua família pela equipe da Instituição;
- b) priorizar a observação atenta das crianças e mediar as relações que elas estabelecem entre si, entre elas e os adultos, entre elas e as situações e objetos, para orientar as mudanças de turmas pelas crianças e acompanhar seu processo de vivência e desenvolvimento no interior da instituição;
- c) planejar o trabalho pedagógico reunindo as equipes da creche e da pré-escola, acompanhado de relatórios descritivos das turmas e das crianças, suas vivências, conquistas e planos, de modo a dar continuidade a seu processo de aprendizagem;
- d) prever formas de articulação entre os docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (encontros, visitas, reuniões) e providenciar instrumentos de registro – portfólios de turmas, relatórios de avaliação do trabalho pedagógico, documentação da frequência e das realizações alcançadas pelas crianças – que permitam aos docentes do Ensino Fundamental conhecer os processos de aprendizagem vivenciados na Educação Infantil, em especial na pré-escola e as condições em que eles se deram, independentemente dessa transição ser feita no interior de uma mesma instituição ou entre instituições, para assegurar às crianças a continuidade de seus processos peculiares de desenvolvimento e a concretização de seu direito à educação. (BRASIL, 2013, p. 95-96)

São muitas as ações que podem contribuir para uma transição significativa para os alunos, colaborando em um crescimento dos alunos, em relação às mudanças que irão ocorrer. Essas ações não podem ser unilaterais, faz-se necessário um planejamento em conjunto entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, ações como

a promoção de cursos e eventos para os professores dessas duas etapas, para estudar as diferentes fases do desenvolvimento da criança, bem como a importância de alguns conceitos básicos que necessitam ser trabalhados na continuidade do Ensino Fundamental (caso ainda não tenham sido internalizados pela criança) e as possíveis intervenções a serem feitas. Um bom planejamento também é fundamental para passar um sentimento de confiança e tranquilidade das crianças que estarão ingressando no Ensino Fundamental.

O papel do professor é o de protagonista nessa articulação, suas ações têm o poder de trazer segurança para seus alunos, sua afetividade, sua compreensão acerca das inseguranças e medos das crianças fazem toda a diferença nesse processo de transição. A família também tem um papel importante, ela tem que se sentir segura em relação à escola para passar essa segurança para seus filhos.

O professor, independentemente da etapa em que leciona, tem um papel de extrema relevância para a criança, sendo ele o mediador, aquele que educa, que cuida, que brinca com a criança. Na educação infantil, não é diferente, seu papel é muito importante, a sua formação, seu comprometimento, suas ações pedagógicas, tudo isso faz parte do educar e do brincar nessa etapa. A educação é dinâmica e provoca reflexões, portanto o professor deve acompanhar esse processo de mudanças e pensamentos, na busca de novos conhecimentos e novas conquistas e através do afeto criar laços de múltiplas aprendizagens. Nas palavras de Romanowski:

Uma das características fundamentais da profissão docente é acreditar na educabilidade de seus alunos. A maioria dos professores considera muito importante gostar do que faz, ou seja, além do conhecimento, essa profissão envolve sentimentos. Além disso, a educação como prática social incorpora significado social para essa profissão. Implica compromisso, cientificidade, coletividade, competência e comunicabilidade. Torna-se inadmissível um professor realizar o ensino mecanicamente. (ROMANOWSKI, 2007, p. 17)

E, além disso, ser professor é educar com amor, é reconhecer as dificuldades sim, mas mantendo uma postura ativa diante dos desafios e buscando a superação delas. Na educação infantil, o brincar, os jogos, as brincadeiras fazem parte, assim como fazem parte do universo infantil, não há aprendizagem sem a ludicidade na educação infantil e o professor tem que ter, em sua formação, em sua práxis pedagógica, o lúdico como base.

O professor atento a essa demanda reconhece que a ludicidade não é apenas passatempo para divertir as crianças. Ele encara a questão com seriedade; planeja e desenvolve atividades lúdicas com objetivos claros; registra e avalia as situações de aprendizagem; percebe as necessidades dos alunos e organiza os espaços pedagógicos com materiais e brinquedos potencialmente significativos. Esse é o perfil de um professor que conhece muito bem seu ofício. (TEIXEIRA, 2018, p. 144).

As brincadeiras permitem ao professor conhecer seus alunos. Por meio da observação, é possível conhecer a criança, perceber suas habilidades, suas dificuldades, suas angústias, mas, para que isso possa ocorrer, o professor precisa planejar com intencionalidade os jogos e brincadeiras, observar as crianças e as suas atitudes e, quando necessário, intervir. Para Teixeira, é “por meio da observação, que o professor pode perceber carências emocionais, manifestações agressivas, limitações motoras, preconceitos e até dificuldades na resolução de problemas ou na socialização.”(2018, p. 147). O professor precisa estar sempre atento às atitudes dos seus alunos, pequenas mudanças nas atitudes e comportamentos dos alunos devem ser observados. O período de transição da Educação infantil para o Ensino Fundamental pode trazer inseguranças para os alunos que podem ser observados nas suas atitudes.

O profissional docente deve ter em mente a importância de sua profissão e entender as concepções de desenvolvimento infantil. O professor é o mediador, é aquele com quem a criança passa boa parte de seu dia. As concepções de infância, concepções de linguagens, alfabetização, leitura e escrita, leitura literária, entre outros temas, devem estar presentes na formação inicial e continuada de professores e gestores. (KRAMER, 2011) O professor desenvolve uma relação de afeto com seus alunos, ele não é apenas um professor, essa relação afetiva tem muitas influências no aprendizado dos alunos.

É o professor quem estabelece as relações com seus alunos, é o seu modo de agir que vai influenciar nas emoções predominantes naquela turma, afeto, carinho, atenção, alegria. Se o docente passa essas emoções para seus alunos, provavelmente essas emoções terão predominância na turma. De acordo com Mahoney e Almeida (2005, p. 26):

Na relação professor aluno, o papel do professor é de mediador do conhecimento. A forma como o professor se relaciona com o aluno reflete nas relações do aluno com o conhecimento e nas relações aluno-aluno; queira ou não, o professor é um modelo, na sua forma de relacionar-se, de expressar seus valores, na forma de resolver os conflitos, na forma de falar e ouvir.

A relação do professor com o aluno, a segurança que ele passa durante as aulas é muito importante para essa criança. O professor, seja de Educação Infantil ou do Ensino Fundamental, tem em suas mãos um mundo riquíssimo de possibilidades, de criar laços, afetos, vínculos com as crianças, sendo nessa etapa da educação que as crianças oferecem seu afeto inocente, sem outras pretensões, éafeto e carinho em sua forma mais pura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou elementos para a reflexão sobre o processo de transição dos alunos da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental.

A infância é um momento muito especial, que requer um olhar atento das pessoas que convivem com as crianças. Na infância, ocorrem muitas mudanças, a criança se desenvolve, é um período de muitas aprendizagens. Também é nesse período que ocorre a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Essa transição, quando vista sob o olhar das crianças, é um período de novidades, incertezas, medos. É com esse olhar que o professor precisa pensar esse momento e buscar refletir e promover ações que auxiliem as crianças a passar por esse momento.

A Educação Infantil tem suas peculiaridades, nessa etapa o cuidar e o educar fazem parte do cotidiano, a palavra educar não pode ser vista apenas como um depositar informações, mas como uma mediação de conhecimentos entre o profissional de educação e a criança, como um ato de educar baseado no afeto, ou seja, só se completa com amor. O cuidar não pode ser apenas um ato mecânico de um profissional habituado com suas tarefas, mas sim como um ato que envolve carinho, preocupação com o bem-estar da criança. O ato de cuidar envolve o ato de brincar, o professor cuida e brinca ao mesmo tempo. Assim como o brincar, a ludicidade e os jogos, as experiências que as crianças vivem visam à ampliação de seus conhecimentos.

A ludicidade, o brincar não pode ficar restrito à Educação Infantil, é importante que no Ensino Fundamental, principalmente nos primeiros anos, os jogos, as brincadeiras sejam aliados no processo de alfabetização e letramento. A presença do brincar remete a um processo de continuidade, permitindo que a criança se sinta segura nessa etapa, que agora lhe exige mais. A criança aprende brincando, desenvolve suas potencialidades através de jogos, se diverte enquanto aprende. A articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental deverá ser vista com uma perspectiva de sequência do processo de educar e cuidar, buscando propiciar progressiva afirmação da identidade e do protagonismo da criança, ou seja, na apropriação de conhecimento e de procedimentos culturalmente construídos, visar à internalização dos valores éticos, políticos e estéticos.

A Base Nacional Comum Curricular em seu texto diz que deve haver equilíbrio entre as mudanças, “garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa”. (BRASIL, 2017, p. 53). Assim sendo, é preciso que haja continuidade,

sem esquecer-se de estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação.

Nesse sentido, pode-se dizer que o professor é um dos protagonistas no processo de ensino-aprendizagem, a sua prática pedagógica, a sua relação com o aluno, a segurança que ele passa durante as aulas é muito importante para a criança. Quando o professor reconhece que a ludicidade não é um mero passatempo, uma diversão, quando ele encara a questão com seriedade, faz todo um planejamento e desenvolve as atividades com objetivos claros, ele está desempenhando seu papel com maestria e respeitando o aluno, reconhecendo que a infância é tempo de brincar e que se pode aprender brincando. Esse é o perfil de um professor que conhece muito bem seu ofício. (TEIXEIRA, 2018, p. 144).

Compreendendo-se que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é um momento delicado e muito importante para a criança, professores e instituições devem promover ações que passem segurança para os alunos, em um processo contínuo, sem rupturas. O professor, seja de Educação Infantil ou do Ensino Fundamental, tem em suas mãos um universo de possibilidades, de proporcionar experiências enriquecedoras para seus alunos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, I. G. et AL. **A Educação infantil no PNE: novo plano para antigas necessidades.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 8, n. 15, p. 505-518, jul./dez.2014. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/456/587>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BITTAR, Mariluce; **Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil.** In: **Educação infantil, política, formação e prática docente.** Campo Grande, MS: UCDB, 2003.

BRASIL. Constituição(1988) Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 NOV. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2059%2C%20DE%2011%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202009&text=208%2C%20de%20forma%20a%20prever,e%20ao%20caput%20do%20art.> Acesso em 13 mar. De 2022.

BRASIL. Lei 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 Dez. 1996. Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>> Acesso em 02 abr de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional Comum Curricular-BNCC.** Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Referencial Curricular para a Educação Infantil: Introdução.** Brasília, DF: MEC/SEF. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. (1998).

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>> acesso em 07 de mai 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica.** Resolução Nº 5, DE 17 de Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf> Acesso em 21 abr 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica.** Resolução Nº 7, DE 14 de Dezembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf> Acesso em 21 abr 2022.

BRUEL, A. L. de O. **Políticas e legislação da Educação Básica no Brasil.** Curitiba: Ibpex, 2010.

CORRÊA, B. C. A educação infantil. In: OLIVEIRA, R. P. de; Adrião, T. (Org.0. **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** 2ed. Ver, e amp. São Paulo: Xamã, 2007. P.13-30.

- CUNHA, A. E. **Afeto e aprendizagem: amorosidade e saber na prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.
- DÉR, L. C. S. (2004). **A constituição da pessoa: a dimensão afetiva**. In A. A. Mahoney, & L. Almeida (Orgs.), *A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon* (pp. 61-75). São Paulo: Edições Loyola.
- DIDONET, V. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.
- DUPRAT, M. C. **Ludicidade e educação infantil**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.
- DURIGAN, Luciane do Rocio. Uma experiência possível: afetividade na escola. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense 2009. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_fafipar_pedagogo_artigo_luciane_do_rocio_durigan.pdf> acesso em 01 abr. 2022
- FONTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.
- HECK, C. S. **Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Articulação necessária e possível**. Monografia de conclusão do curso da Graduação em Pedagogia. IJUÍ 2012
- KISHIMOTO, T. M. (org.) . **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação** . 9ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006
- KRAMER, S. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL/MEC. *Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. 2ª Ed. Brasília (DF): FNDE, Estação Gráfica, 2007.
- KRAMER, S. Infância e criança de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v.37,220p. 69-85, jan./abr. 2011.
- KRAMER, S. **A política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1982.
- KRUEGER, M. F. **A relevância da afetividade na educação infantil**. Disponível em: <http://nuted.ufrgs.br/oa/pi/html/afetiv_edinf.pdf> acesso em, 04 abr. 2022.
- MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. de. **A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MENDES, S. L. **Tecendo a história das instituições do Brasil infantil**. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/saber/article/view/6685/5206>> Acesso em 22 abr. 2022.
- OLIVEIRA, Z. R. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- PASCHOAL, J. D. **A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>>

acesso em: 22 abr 2022.

RAU, M. C. T. D., **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica**. Curitiba: Ibpex, 2007.

RAU, M. C. T. D. **Educação Infantil; práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem**. Curitiba: Intersaberes, 2012

RODRIGUES, M. **Psicologia Educacional: uma crônica do desenvolvimento humano**. São Paulo: MC Graw- Hill do Brasil, 1976.

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e profissionalização docente**. 3. ed. rev. atual Curitiba: IBPEX, 2007.

ROSA, A. P.; NÍSIO, J. **Atividades lúdicas: sua importância na alfabetização**. 1ª ed. Curitiba- Juruá: 1999.

SOARES, K. C. D. **Sistemas de Ensino: legislação e política educacional para a educação básica**. Curitiba: InterSaber, 2017.

TEIXEIRA, K. L. **O universo lúdico no contexto pedagógico**. (Livro Eletrônico) Curitiba: InterSaber, 2018.